

# História e Política:

**Pensamentos  
constitutivos  
e críticos**



**Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti**  
(Organizadora)

**Atena**  
Editora  
Ano 2021

# História e Política:

**Pensamentos  
constitutivos  
e críticos**



**Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti**  
(Organizadora)

**Atena**  
Editora  
Ano 2021

**Editora chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Editora executiva**

Natalia Oliveira

**Assistente editorial**

Flávia Roberta Barão

**Bibliotecária**

Janaina Ramos

**Projeto gráfico**

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

**Imagens da capa**

iStock

**Edição de arte**

Luiza Alves Batista

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2021 Os autores

Copyright da edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

**Conselho Editorial**

**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso  
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

## História e política: pensamentos constitutivos e críticos

**Diagramação:** Camila Alves de Cremo  
**Correção:** Mariane Aparecida Freitas  
**Indexação:** Gabriel Motomu Teshima  
**Revisão:** Os autores  
**Organizadora:** Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

H673 História e política: pensamentos constitutivos e críticos /  
Organizadora Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti. -  
Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-554-6

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.546213009>

1. História. I. Cavalcanti, Vanessa Ribeiro Simon  
(Organizadora). II. Título.

CDD 901

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos - CRB-8/9166

**Atena Editora**

Ponta Grossa - Paraná - Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

contato@atenaeditora.com.br

## DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

## DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



## APRESENTAÇÃO

As objeções e o indignar-se frente à violência ética são um pressuposto à crítica. O suplantar da abordagem ontológica do ser - o atentar para uma crítica categorial identitária presente nas contradições inerentes do sistema vigente - o caminho para análise histórica.

Vanessa Cavalcanti & Carlos Silva, 2021.

Os matizes que enredam as áreas do conhecimento como História e Política produzem, circulam e analisam contextos específicos e as tensões entre grupos dominantes e dominados, disputas e nuances políticas. Com destaque aos pensamentos e contributos do século XIX, desde Karl Marx e Max Weber, passando à sociologia e história política dos séculos XX e XXI, miradas atentas relativas às estratégias, consolidação das teorias de formas de governo, performances políticas e cidadãs, bem como desenvolvimento de agendas que compuseram e compõem períodos variados, proporcionam leituras sobre o próprio Presente.

As categorias analíticas que englobam esse “fazer-saber” estão atreladas às abordagens disciplinares e transdisciplinares, nomeadamente com maior atenção aos jogos de poder, participação, governança e políticas públicas, ademais de indicar vieses crítico-reflexivos. Esse processo traz à tona devires e metodologias ampliadas, baseadas em documentos oficiais, fontes primárias de várias tipologias, incluindo literatura, jornais, músicas, experiências educativas, relações internacionais.

Em meio às mobilizações no tempo contemporâneo e presente, podem-se verificar aproximações entre as duas ciências. Incentivadas pela produção historiográfica delimitam mais que meras descrições, análises mais apuradas, além de registrarem ações e vivências práticas.

A obra História e Política: Pensamentos constitutivos e críticos tem como objetivo justamente ampliar diálogos – pautados em criticidade e diversidade - reunindo frutos de investigações avançadas por parte de autoras/es brasileiras/os cujas temáticas coadunam com o título da coletânea. São composições autorais diferentes e que trazem distintas perspectivas sobre um recorte temporal que vai do século XIX ao XXI.

Em sua maior parte, os capítulos versam sobre investigações teóricas e historiográficas, apontando para eixos temáticos emergentes, além de novas abordagens e sujeitos como referenciais. Perfazem, sobremaneira, produções sobre conceitos, práticas e agendas políticas que compõem uma geografia global e a história mais recente, escrita entre regimes ditatoriais e democráticos.

Neste contexto, olhares atentos para a caracterização de domínios, esferas e planos na apreciação da análise, interconectando História e Política, são pretendidos como elemento basilar das produções aqui organizadas.



Um convite à leitura e às contribuições resultantes de pesquisas e etapas de formação acadêmica.

Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti

## SUMÁRIO


### **CAPÍTULO 1..... 1**

#### O SIMBÓLICO NA MORTE DE EDSON LUÍS E MARIELLE FRANCO

Talita Souza Magnolo

Rosali Maria Nunes Henriques

Marina Aparecida Sad Albuquerque de Carvalho


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5462130091>

### **CAPÍTULO 2..... 16**

#### “COMPORTAMENTO GERAL” DE GONZAGUINHA: UMA ANÁLISE REFLEXIVA DA DITATURA E CONTRAPONTO COM O GOVERNO BOLSONARO

Nayara Figueira


Andrise Teixeira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5462130092>

### **CAPÍTULO 3..... 27**

#### AFINAL, ONDE ESTAVA O POVO? A AUSÊNCIA DAS CAMADAS POPULARES DO PROCESSO POLITICO NA “REPÚBLICA” DAS OLIGARQUIAS

Robson Roberto da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5462130093>


### **CAPÍTULO 4..... 44**

#### ENSINO COM PESQUISA NA EDUCAÇÃO BÁSICA: DESAFIOS À FORMAÇÃO DE JOVENS PESQUISADORES DA AMAZÔNIA SUL-OCIDENTAL

Maria Iracilda Gomes Cavalcante Bonifácio

Reginâmio Bonifácio de Lima

Lucas Gomes do Vale


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5462130094>

### **CAPÍTULO 5..... 59**

#### A ATUAÇÃO DA COMISSÃO SANITÁRIA DE CAMPINAS-SP: AÇÕES DE POLÍCIA SANITÁRIA NO PERÍODO REPUBLICANO

Cássia Mariane Pavanati

Everardo Duarte Nunes


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5462130095>

### **CAPÍTULO 6..... 76**

#### A ROTEIRIZAÇÃO MITOPOÉTICA DE SEXUALIDADES

Simone Ganem Assmar Santos

Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5462130096>

### **CAPÍTULO 7..... 91**

#### O FORTALECIMENTO DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA COM OS ESTADOS

UNIDOS DURANTE A ÚLTIMA DÉCADA

Wallace Moacir Paiva Lima

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5462130097>

**SOBRE A ORGANIZADORA..... 100**

**ÍNDICE REMISSIVO..... 101**

# CAPÍTULO 4

## ENSINO COM PESQUISA NA EDUCAÇÃO BÁSICA: DESAFIOS À FORMAÇÃO DE JOVENS PESQUISADORES DA AMAZÔNIA SUL-OCIDENTAL

*Data de aceite: 27/09/2021*

**Maria Iracilda Gomes Cavalcante Bonifácio**

Universidade Federal do Acre

**Reginâmio Bonifácio de Lima**

Universidade Federal do Acre

**Lucas Gomes do Vale**

Universidade Federal do Acre

O presente artigo corresponde à condensação sistematizada de um capítulo de livro com temática homônima, publicado pelos autores no início de 2019 (BONIFÁCIO; LIMA; VALE, 2019), com acréscimos e atualizações, dada a relevância de se discutir os caminhos da Educação Científica em nosso país frente aos substanciais cortes de investimentos à pesquisa científica nas últimas décadas.

**RESUMO:** A educação científica tem como proposta transformar os estudantes, desde a Educação Básica, em “alunos pesquisadores” habilitados a produzir conhecimento e não apenas “reproduzi-lo”. No Brasil, apesar dos avanços ocorridos nas últimas décadas, ainda prevalecem as desigualdades regionais, sendo a Amazônia a região que menos tem sofrido os impactos das políticas públicas voltadas à disseminação da ciência e tecnologia. Nesse contexto, o presente trabalho tem como objetivo trazer à discussão os desafios à formação de jovens pesquisadores na Amazônia Sul-Occidental, destacando as ações desenvolvidas nos últimos anos que possibilitam pensar novas perspectivas para a “alfabetização

científica”. A metodologia adotada para a coleta de dados partiu da consulta a fontes documentais como dados e relatórios disponíveis nos sites do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), a legislação educacional que normatiza a organização curricular de formação de professores no Brasil, memórias dos fóruns de debates realizados no contexto das reformulações curriculares recentes, além da análise de editais e documentos referentes às instituições voltadas à promoção da formação científica no país. A partir de uma visão abrangente de “ciência”, correspondente a um conjunto de conhecimentos científicos presentes nas diversas áreas do saber, temos como proposta refletir sobre o papel da educação científica para além da noção referente apenas ao componente curricular “Ciências”, no Ensino Fundamental, ou Química, Física e Biologia, no Ensino Médio. A pesquisa apontou que, para que ocorram mudanças que possibilitem de fato a consolidação de uma educação científica no Brasil, e essa mudança chegue a regiões historicamente desprestigiadas como a Amazônia, torna-se necessário maior engajamento do Ministério da Educação, universidades, instituições de fomento, agências financiadoras, fundações e associações de amparo à pesquisa para a valorização e oferecimento de condições de trabalho aos docentes que atuam na Educação Básica e ampliação das Bolsas de IC Jr. Paralelo a isso, torna-se imprescindível um redirecionamento curricular e metodológico das universidades e secretarias de educação para a habilitação

de professores-pesquisadores, além do estímulo à exposições científicas procedentes e disseminadas no ambiente da Educação Básica.

**PALAVRAS-CHAVE:** Iniciação Científica, Jovens Pesquisadores, Amazônia Sul-Occidental.

## TEACHING WITH RESEARCH IN BASIC EDUCATION: CHALLENGES TO THE TRAINING OF YOUNG RESEARCHERS FROM THE SOUTH-WESTERN AMAZON

**ABSTRACT:** Scientific education aims to transform students, from Basic Education, into “young researchers” empowered to produce knowledge and not just “reproduce” it. In Brazil, despite the advances made in recent decades, regional inequalities still prevail, with the Amazon being the region that has least suffered the impacts of public policies aimed to the dissemination of science and technology. In this context, the present work intends to discuss the challenges to the training of young researchers in the South Western Amazon, emphasizing the actions developed in recent years that enables to develop new perspectives for “scientific literacy”. The methodology adopted for the data collection was based on the documentary sources such as data and reports available on the CNPq (National Council for Scientific and Technological Development) and Capes (Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel) websites; the educational legislation that regulates the curricular organization of teachers training in Brazil; besides the analysis of edicts and documents referring to the institutions dedicated to the promotion of the scientific formation in the country. From a comprehensive view of “science”, corresponding to a set of scientific knowledge present in many fields of knowledge, we propose to reflect on the role of scientific education beyond the notion referring only to the curricular subject “Science”, in Elementary School, or “Chemistry, Physics and Biology”, in High School. The research observes that, in order to bring changes that will allow the consolidation of a scientific education in Brazil, and that this change reaches historically discredited regions such as the Amazon, it becomes necessary to increase the engagement of the Ministry of Education, universities, development institutions, funding agencies, foundations and research support associations for the promotion and offer of suitable working conditions to the teachers that work in Basic Education and the expansion of the Junior CI scholarship. Parallel to this, a curricular and methodological redirection of the universities and educational departments becomes essential for the qualification of teacher-researchers, as well as the encouragement of scientific expositions originating and disseminated in the Basic Education environment.

**KEYWORDS:** Scientific research, Young Researchers; South-Western Amazon.

## INTRODUÇÃO

A Educação Científica é uma das principais habilidades do século XXI, tempo marcado pela sociedade intensiva de conhecimento, contituindo referência fundamental de toda a trajetória de estudos básicos e superiores, com destaque especial aos tipos diversificados de Ensino Médio e Técnico (DEMO, 2010, p. 15). Nessa dimensão, a pesquisa em sala de aula apresenta-se como uma forma de envolver estudantes e professores em um processo de questionamento de verdades dadas como prontas na perspectiva do senso comum,

propiciando a construção de novos conhecimentos.

Diante da necessidade de efetivação de políticas públicas voltadas à concretização da Educação Científica no país, as práticas desenvolvidas no contexto do Programa de Bolsas de Iniciação Científica Jr, fomentado por instituições como o CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e as Fundações de Amparo à Pesquisa (FAPs) apresentam-se como caminhos para se começar a pensar a pesquisa enquanto ambiente de aprendizagem no cotidiano curricular.

Pedro Demo ressalta, dentre as contribuições dos Programas de IC (Iniciação Científica) para os estudantes, a oportunidade de aprender e pesquisar, habilidade mais básica para sua permanente renovação profissional, de estudar melhor e aprender de maneira reconstrutiva, desenvolvendo uma postura ativa, tendo a escola não como uma instituição em que escuta aula, toma nota ou faz prova, mas onde reconstrói conhecimento sistematicamente (DEMO, 2012, p. 86). Em relação aos professores, o autor destaca a necessidade de constante busca de aperfeiçoamento e estudos capazes de assegurar o embasamento necessário para orientar um processo de pesquisa, o que requer domínio dos processos de investigação científica, vida acadêmica e domínio de teorias e métodos de construção e reconstrução dos conhecimentos aplicados à Educação Básica (DEMO, 2012, p. 87).

Nas três últimas décadas, o Brasil tem experimentado uma renovação no desenvolvimento das pesquisas científicas e tecnológicas em diversas áreas do conhecimento. Nesse contexto, destacam-se ações governamentais e políticas públicas destinadas a reduzir as desigualdades regionais no campo da ciência, tecnologia e inovação, sobretudo aquelas articuladas no sentido de priorizar o incentivo ao desenvolvimento de pesquisas científicas nas Regiões Norte e Nordeste do país.

A política de desenvolvimento regional, nos últimos anos, concentrou esforços na ampliação e no fortalecimento da infraestrutura física relacionada a áreas como transportes, indústrias, comunicações, habitação e energia (MONTEIRO NETO; CASTRO; BRANDÃO, 2017, p. 83). Entretanto, torna-se ainda necessário priorizar a formação de recursos humanos e produção de conhecimento científico na Amazônia. Nesse sentido, apesar dos investimentos destinados à construção e ampliação de Instituições de Ensino Superior da Região Norte e da disponibilização de recursos por meio da abertura de diversos editais de fomento à pesquisa, as disparidades regionais ainda necessitarão de um longo percurso para serem diminuídas.

No presente artigo, portanto, buscamos contribuir com o debate em torno dos desafios à formação de jovens pesquisadores na Amazônia Sul-Occidental, destacando as ações desenvolvidas nos últimos anos que possibilitam pensar novas perspectivas para a Educação Científica na região. As reflexões aqui empreendidas têm como proposta pensar a formulação de questões que levem a pensar sobre um princípio de desenvolvimento para a região que equilibre e valorize o humano e o científico, que reconheça a riqueza de suas

identidades híbridas, possibilitando a configuração de uma Educação Científica a partir de um olhar que a projete para o futuro – não aquele desenhado pelo espírito colonizador, mas aquele pensado pelos próprios amazônidas em colaboração com as demais regiões do país.

## **MATERIAL E MÉTODOS**

Para a realização do presente estudo, partimos de procedimentos do tipo qualitativo, envolvendo a consulta a fontes documentais como dados e relatórios disponíveis nos sites do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), a legislação educacional que normatiza a organização curricular de formação de professores no Brasil, memórias dos fóruns de debates realizados no contexto das reformulações curriculares recentes, além da análise de editais e documentos referentes às instituições voltadas à promoção da formação científica no país, sobretudo aquelas voltadas à Educação Básica.

A partir de uma visão abrangente de “ciência” como conjunto de conhecimentos científicos presentes nas diversas áreas do saber, temos como proposta refletir sobre o papel da educação científica para além da concepção voltada unicamente ao componente curricular “Ciências”, no Ensino Fundamental, ou Química, Física e Biologia, no Ensino Médio.

A pesquisa envolveu ainda estudo bibliográfico sobre conceitos relacionados à Educação Científica na perspectiva de Demo (2003; 2006; 2010; 2012) e Lima e Moraes (2012). Reforçamos que o objetivo neste estudo foi buscar subsídios para discutir a necessidade de se repensar a Educação Científica no contexto da Educação Básica, desviando-nos da pretensão de desenvolver uma discussão terminológica.

## **A PESQUISA NA AMAZÔNIA: ENTRE OS ESTEREÓTIPOS DO PASSADO E AS DEMANDAS DO PRESENTE**

Desde os relatos dos viajantes do século XVI, o imaginário sobre a Amazônia, tem se construído na perspectiva do pensamento externo aos que nela vivem. Assim, ao longo dos anos, tem-se erigido sobre a região uma construção discursiva que se desenha a partir do olhar do “outro” (PIZARRO, 2012, p. 33), muitas vezes, pautada em estereótipos e visões pré-concebidas. Ao tomarmos como base os “estudos científicos” e relatos dos viajantes sobre a região, que incluem desde o século XVI, até os estudos científicos do presente século XXI, observamos que se construiu sobre a Amazônia um discurso hegemônico que endossa uma visão colonialista, calcada na fabricação de uma imagem dos amazônidas como um povo subalterno e atrasado.

Conforme analisa João de Jesus Paes Loureiro (2003), quando da chegada dos europeus à região, no século XVI, os povos aqui encontrados apresentavam uma cultura não voltada à acumulação de bens e riquezas, pautando-se muito mais em uma ideia de



autossustentabilidade e dedicando-se a atividades que não se coadunavam com os interesses do emergente mercado capitalista da época. Construíram-se, assim, em torno dos povos amazônidas, os estereótipos de “preguiçosos, inaptos ao trabalho e de pouca aspiração pessoal” (PAES LOUREIRO, 2003, p. 39), que reverberariam ainda hoje no meio científico e nas políticas públicas voltadas ao desenvolvimento da região.

Como reflexo desse processo, a região tem cumprido historicamente o papel que lhe foi outorgado, de desvalorização da própria cultura para atender às demandas dos problemas que lhes são externos. Nessa perspectiva, em pleno século XXI, observamos se perpetuar no contexto científico a velha prática de tempos passados, de ver as questões internas relacionadas à região serem decididas à margem dos que nela vivem.

As políticas de desenvolvimento regional pensadas para a Amazônia refletem, assim, essa visão de “fora” para “dentro”, endossando discursos caducos, interpostos no imaginário social e amplificados pela mídia; reforçando a imagem da “abundância de recursos inexplorados” e de “vazio humano”. Torna-se imprescindível, portanto, a ruptura com essa visão colonialista que ainda impera nas instituições que fomentam a pesquisa em nível nacional, para que realmente ocorram mudanças no quadro da falta de pesquisadores e no baixo índice de produção científica da região. É preciso romper com essa perspectiva simplista sobre a Amazônia, pois ela é muito mais complexa que isso, sendo necessários estudos e pesquisas que dialoguem com a realidade da região em toda a sua heterogeneidade.

Além da necessidade de reconhecimento de suas identidades e de sua importância, associada à valorização de pesquisas científicas pensadas pelos próprios habitantes da região, outro fato ignorado nessas pesquisas que enfatizam o “atraso” amazônico é a desvalorização dos saberes da área das Ciências Humanas. Se a formação de pesquisadores na região tem se voltado essencialmente para essa área, por que, então, não atentar para esse dado e não investir também em pesquisas que se debruçam sobre o desenvolvimento de inovações na área dos saberes voltados às Humanidades, que respondam às questões postas pela realidade local?

O esforço evidente nas políticas de pós-graduação para a Amazônia tem se configurado no sentido de “importar” e “fixar” pesquisadores na Região. Em um primeiro momento, essa medida pode até amenizar a situação. Entretanto, esta ação tem se mostrado insuficiente, tendo em vista que o que se observa, muitas vezes, é o trânsito frequente de pesquisadores, que acabam retornando a suas localidades de origem, e, quando permanecem, raramente conseguem romper com a visão estereotipada sobre a região.

No caso específico da Amazônia, os desafios em relação à Educação Científica são enormes, uma vez que grande parte das atividades de formação de recursos humanos na região é pontual, e principalmente concentrada próximo a cidades como Manaus e Belém, propiciando pouco apoio às demandas das demais cidades ou mesmo dos demais Estados

– incluindo Acre, Rondônia, Roraima, Amapá e Tocantins. Como observamos, o desafio logístico enfrentado pelos Estados da Amazônia deve ter seu enfrentamento iniciado a partir da descentralização e melhor direcionamento do processo de formação de pesquisadores, sendo essencial a formação de técnicos e gestores especializados de modo equânime em todas as suas mesorregiões.

É válido destacar, nesse contexto, a ampliação da oferta de cursos superiores ocorrida na região nos últimos anos, com a instalação dos Institutos Federais e diversas faculdades particulares, seja na modalidade presencial ou na educação a distância. Contudo, essas ações não foram ainda suficientes para suprir a demanda de pesquisadores requerida pelas instituições de pesquisa que têm lançado Editais de Fomento voltados essencialmente à área da ciência, tecnologia e inovação.

No caso da Amazônia Sul-Occidental, isso revela um dos maiores desafios ao desenvolvimento de pesquisas científicas, uma vez que a maioria dos editais das agências de fomento têm como público-alvo pesquisadores das áreas das Ciências da Saúde; Ciências Biológicas e das Engenharias e Computação. Tal fato revela, por um lado a necessidade de pesquisadores nessas áreas, mas também aponta para o descompasso entre as políticas públicas voltadas ao desenvolvimento regional e as realidades locais.

A maioria dos estudos que abordam a necessidade de investimentos em pesquisas científicas na Região Norte, normalmente assinados por instituições sediadas nas regiões Sudeste e Sul do país, são unânimes em apontar a Amazônia como “vazio demográfico”, ressaltando sempre o “atraso” da região frente aos “avanços da ciência e tecnologia” recentes. Não ignoramos o fato de ser evidente a necessidade de maior empenho por parte dos Estados da Região Norte em ações mais propositivas para a formação de pesquisadores e o desenvolvimento de pesquisas científicas. Contudo, o que parece ser ocultado sempre, nesses estudos, é que historicamente, desde séculos a fio, a Amazônia sempre foi alvo de uma visão estereotipada e preconceituosa. Ignora-se, não despretensiosamente, que o *modus vivendi* da região segue uma lógica não subordinada ao capital, como ocorre nas regiões consideradas “mais desenvolvidas” de nosso país.

Diante desse panorama, torna-se necessário um movimento paralelo no sentido de incentivar a formação de pesquisadores da própria região em nível de pós-graduação nas áreas do conhecimento consideradas essenciais no modelo voltado à ciência, tecnologia e inovação, respeitando-se também as demandas locais. Apresentar a ideia de uma ciência multifacetada, envolvendo as diversas áreas de abordagem trabalhadas pelo CNPq, desde a Educação Básica, apresenta-se, pois, como um caminho viável para desmistificar essa concepção.

## **DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA A EDUCAÇÃO CIENTÍFICA NA AMAZÔNIA SUL-OCIDENTAL**

O Brasil enfrenta diversos desafios no tocante ao desenvolvimento e à consolidação

de seu sistema científico. Dentre eles, um dos principais diz respeito à latente desigualdade na distribuição de investimentos voltados ao financiamento e ao fomento de pesquisas científicas nas diversas mesorregiões do país. Diante desse panorama, a efetivação de políticas públicas voltadas à Educação Científica perpassa pela necessária atenuação dessas desigualdades regionais na distribuição de recursos voltados à pesquisa científica, associado ao conseqüente incremento da qualidade dessas atividades.

Uma breve análise dos dados produzidos pelo CNPq e pela Capes, principais agências brasileiras de financiamento da pesquisa científica, revela a discrepância na distribuição de Bolsas de Apoio à Pesquisa, que ano após ano permanece com patamares de distribuição não equânimes. Tome-se como exemplo a Distribuição de Bolsas em vigência no ano de 2019 no país:

Região	População (%)		Pesquisadores*		Bolsas no País (%)		IC Jr (%)	
Norte	17.707.783	08%	15.826	07%	3.560	04%	341	03%
Nordeste	56.915.936	28%	45.321	21%	13.093	17%	1.096	11%
Centro-Oeste	15.660.988	08%	18.943	09%	6.159	08%	739	07%
Sudeste	86.356.952	42%	90.742	42%	41.086	53%	6.884	68%
Sul	29.439.773	14%	46.457	21%	13.982	18%	1.118	11%
Brasil	206.081.432		217.289		77.880		10.178	

Tabela 1: Distribuição das Bolsas de Apoio à Pesquisa no Brasil (2019).

Fonte: Elaborado pelos autores com base em dados do CNPq<sup>1</sup> e da Capes<sup>2</sup>.

O quantitativo geral de “Bolsas no País” analisado nesta tabela refere-se às Bolsas de Apoio Técnico, Bolsas de Desenvolvimento Tecnológico e Industrial, Bolsas de Doutorado, Bolsas de Extensão em Pesquisa, Bolsas de Fixação de Doutores, Bolsas de Iniciação Científica, Bolsas de Iniciação Científica Júnior, Bolsas de Iniciação Tecnológica e Industrial, Bolsas de Mestrado, Bolsas de Pesquisador/Especialista Visitante, Bolsas de Pós-doutorado, Bolsas de Produtividade em Pesquisa e Tecnologia. Evidencia-se, nesse percentual, uma grande concentração dos investimentos na região Sudeste e, em menor escala, na Região Sul, seguida da Região Nordeste, esta última fruto de políticas recentes voltadas à diminuição das desigualdades regionais. A soma da porcentagem de Bolsas distribuídas no país de todas as regiões (Sul, Centro-Oeste, Norte e Nordeste) não chega ao total investido na região Sudeste, que é responsável por mais de 50% de todo investimento no ano de 2019, embora não tenha o dobro de pesquisadores ou de população, o que indica explícito favorecimento em relação a uma das regiões do país.

1 CNPQ. **Projetos e Bolsas em Vigência – 2019**. Disponível em: <<http://efomento.cnpq.br/efomento/distribuicaoGeografica/distribuicaoGeografica.do?metodo=apresentar>>. Acesso em 12 ago. 2019.

2 Capes. **Distribuição dos pesquisadores e pesquisadores doutores segundo a região geográfica**. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/web/dgp/por-regiao1>>. Acesso em 12 ago. 2019.

No que diz respeito às Bolsas de Iniciação Científica Jr, as desigualdades são ainda maiores, sendo que toda a Região Norte detém o percentual ínfimo de apenas 03% das Bolsas disponibilizadas pelo CNPq, frente aos 68% da Região Sudeste, ao igual quantitativo de 11% das Regiões Sul e Nordeste e de 07% da Região Centro-Oeste. É interessante notar que o alegado critério de distribuição de Bolsas em sua proporcionalidade, de acordo com a população não se sustenta, tendo em vista que as regiões Norte e Centro-Oeste detêm ambas cerca de mesmo percentual de 08% da população brasileira, tendo quase o mesmo número de pesquisadores, e tanto o número de Bolsas em geral quanto de Bolsas de Iniciação Científica Jr apresentam-se com o dobro de discrepância.

Diante dos dados apresentados, a alternativa a essa centralização perpassa necessariamente pela necessidade de compreensão das complexas relações históricas e geográficas que marcam o país ao longo dos séculos. Na primeira década do século XXI, algumas ações governamentais intentaram reduzir essas desigualdades regionais, dentre elas a criação das Fundações de Amparo à Pesquisa (FAPs) e o aumento no volume de investimentos para a ampliação da infraestrutura de pesquisa brasileira, especialmente com os recursos do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), como os fundos setoriais, além de recursos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) do Ministério da Educação (MEC).

Entretanto, nesta segunda década do século XXI, devido às progressivas ações de contingenciamentos de despesas empreendidas pelo Governo Federal, intensificadas a partir de 2015, notamos a configuração de um cenário de recrudescimento em relação à subvenção de recursos para a pesquisa científica no país. O gráfico a seguir demonstra a oscilação dos investimentos da agência financiadora neste período:



Gráfico 1: Painel de Investimentos do CNPq em Bolsas no país (2011-2019).

Fonte: Elaborado pelos autores com base em dados do CNPq (**Painel de Investimentos – Bolsas de Pesquisa no País**). Disponível em: <<http://memoria.cnpq.br/painel-de-investimentos>>. Acesso em 02 de ago. de 2019).

Com os sucessivos cortes e contingenciamentos orçamentários desde 2015, agravando-se com a aprovação da Emenda Constitucional 95/2016, que trouxe novas diretrizes ao “Teto dos Gastos”, o número de bolsas diminuiu drasticamente, mesmo sendo elas priorizadas pelas agências de financiamento em seu quadro de orçamento em detrimento dos demais investimentos.

Diante deste complexo panorama, mesmo com avanços em direção à Educação Científica na Região Amazônica identificados nas últimas décadas, são ainda muito expressivos os desafios à sua concretização. Além da centralização dos recursos destinados à subvenção de pesquisas científicas, a aproximação da universidade com as escolas de Educação Básica constitui outra demanda que necessita ser superada. Torna-se imprescindível para tal a criação de uma rede de interação entre pesquisadores das universidades, professores e estudantes da Educação Básica com o objetivo de tornar a sala de aula o espaço primordial da pesquisa, local em que se iniciam as descobertas e se estimula a motivação para apreender através da vida.

O governo brasileiro, em suas diversas instâncias, precisa considerar a Educação Científica uma estratégia para o desenvolvimento econômico e social do País. Entretanto, para se aplicar e colher resultados de uma estratégia que redunde nesse desenvolvimento, torna-se necessário efetivo interesse político e grande investimento financeiro em educação, ciência e tecnologia. Deve-se considerar, portanto, que esses resultados serão alcançados a longo prazo. Para tanto, um dos desafios iniciais será melhorar a qualificação dos professores da Educação Básica, conforme recomendam as metas 15 e 16 do Plano Nacional de Educação, que preceituam que “todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam” e que, até 2024, pelo menos 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, possuam formação em nível de pós-graduação.

Outro grande desafio se coloca aos membros da comunidade científica brasileira no sentido de romperem os muros das universidades e lutarem efetivamente para mudar o ensino que se apresenta como altamente informativo para uma perspectiva transformadora e criativa. Essa mudança de paradigma deve, necessariamente, começar pela transformação no ensino dentro do contexto da própria universidade, se estendendo a todos os níveis de ensino sem privilégio de um em detrimento de outro.

De nada adiantará essa mudança de paradigma se não houver investimentos efetivos e massivos para dotar as escolas públicas de laboratórios didáticos e infraestrutura necessária para proporcionar que os estudantes da Educação Básica aprendam a utilizar do método científico na busca de respostas para os problemas de sua realidade circundante em vez de simplesmente “absorver conhecimentos científicos”.

Outra ação necessária é a ampliação dos Programas de Iniciação Científica no Ensino Fundamental e no Ensino Médio. A inserção dos estudantes da Educação Básica em

atividades como a leitura e escrita de textos científicos, como projetos, relatórios, resumos e artigos, além da delimitação de temas de pesquisa, processo de coleta e análise de dados, contribui para a construção gradativa da autonomia científica dos bolsistas, despertando-os para a carreira acadêmica e para o espírito científico.

Nesse contexto, torna-se imprescindível que as instituições de fomento reajustem o valor da Bolsa de ICJ, cotada atualmente em apenas R\$100,00. Esse valor tem permanecido inalterado desde sua criação, em 2003. Ao realizarmos uma análise comparativa do valor da Bolsa de ICJ pago em 2003 e valor do salário mínimo pago no mesmo ano, percebemos uma enorme defasagem entre eles. Em 2003, a Bolsa de ICJ equivalia a um percentual de mais de 41% do valor do salário mínimo, cotado em R\$ 240,00 à época (DIEESE, 2019). Atualmente, tomando como referência o salário mínimo de R\$ 998,00, percebemos que o valor da Bolsa equivale a apenas 10% desse percentual. Houve uma perda de 300% no valor da Bolsa de ICJ no comparativo com o salário mínimo. Há a necessidade de reposição desse quantitativo para que a Bolsa de ICJ volte a ser interessante para os estudantes e possa de fato fomentar a pesquisa na Iniciação Científica da Educação Básica. Para os mais ortodoxos, que não concordam com a análise baseada na indexação de atividades ao valor do salário mínimo, tome-se como base a inflação oficial do período de 2003 a 2018, conforme dados do IPC – Índice de Preços ao Consumidor (FIPE, 2019). Nessa análise, se somados os índices da inflação ano a ano, desde 2003, chega-se a um quantitativo de 99,63%. Nesse contexto, percebemos que pelos índices da inflação oficial, o valor da Bolsa de ICJ deveria ter no mínimo dobrado, devendo ser reajustado, em 2019, para, no mínimo, o valor de R\$ 200,00.

Além de serem poucas as cotas de Bolsas de ICJ disponibilizadas aos estudantes da Educação Básica, a defasagem do valor pago aos estudantes denuncia a condição precária do Bolsista que utiliza esse recurso para sanar minimamente suas despesas com transporte e alimentação. Esse valor não viabiliza sequer a compra de materiais de pesquisa básicos, como livros, materiais paradidáticos ou computadores; tampouco possibilita a realização de visitas a laboratórios e museus, traslado para eventos científicos dentro da mesma cidade ou a compra de um simples pôster para apresentação do resultado de sua pesquisa.

Diante da ausência de uma política pública de Educação Científica de caráter universalista, visto que a ICJ atinge poucos alunos da escola pública, nos questionamos se o Estado brasileiro não tem encarado esta como mais uma política compensatória, como foram, por exemplo, os programas de alfabetização, de merenda escolar, Bolsa Escola e Bolsa Família. É típico dessas políticas inclusivas compensatórias visarem à correção de lacunas deixadas pelas insuficiências das políticas universalistas. Faz-se, assim, necessário que a ICJ seja encarada como uma prioridade, a fim de promover as mudanças sociais requeridas pelo país.

Uma possível perspectiva de avanço para a Educação Científica é a realização com maior frequência de Feiras de Ciências ou do Conhecimento, que são por natureza

excelentes espaços não formais de divulgação científica, envolvendo grande valor formativo desde o início das pesquisas até a socialização dos trabalhos, envolvendo, geralmente, grande parte da comunidade. A frequência da realização e participação dos estudantes da Educação Básica nesses eventos pode contribuir para despertar o interesse em conhecer melhor sua realidade, seja ela no viés social, econômico, natural, político, entre outros aspectos. A partir da inserção dos estudantes em atividades que os levem a observar e investigar cientificamente os fatos do mundo que o cerca, torna-se possível construir, desde cedo, habilidades para planejar e executar experiências e projetos que os levem adquirir confiança resolução de problemas com uma visão criativa e crítica.

Pesquisas recentes acerca da percepção social do brasileiro sobre a ciência e da tecnologia revelaram grande interesse da população pelo tema. De acordo com a enquete, realizada em 2015 e publicada em 2017 pelo Centro de Gestão em Estudos Estratégicos (CCGE) e pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), esse elevado interesse não se traduz em grande conhecimento e informação sobre o assunto, uma vez que 87% dos entrevistados não souberam informar o nome de nenhuma instituição científica do país, enquanto 94% deles não conhecem o nome de nenhum cientista brasileiro (CGEE, 2017).

A pesquisa revelou ainda que metade dos brasileiros associa ao cientista a imagem de uma pessoa inteligente que faz coisas úteis para a humanidade. Cerca de 74% dos entrevistados veem características positivas nesses profissionais, diante de um percentual de 22% que acham que servem a interesses econômicos, se interessam por temas distantes das realidades das pessoas ou são “excêntricos de fala complicada”.

A mudança na percepção dos brasileiros sobre a imagem dos cientistas tem grande influência do acesso às novas mídias e tecnologias. Outrora erroneamente apresentados como pessoas excêntricas, geniais, desleixadas, dedicadas ao trabalho com temas de grande complexidade, traduzindo-se a atividade científica como não acessível a todos (MARTINEZ, 2016), os cientistas têm sido personagens frequentes na mídia e em espaços de educação informal.

Conhecer o universo de referências científicas que envolvem o jovem do século XXI se apresenta como um passo decisivo para a formação de novos cientistas no Brasil. Com o advento da internet, os estudantes têm acesso rápido e fácil à informação. Apresenta-se, portanto, a necessidade de lidar com esse acesso enquanto aliado e não como empecilho à construção de novos saberes. Dessa forma, ensinar os estudantes a pensar como cientistas em vez de reproduzir o conhecimento contido nos livros didáticos torna-se uma das tarefas mais prementes do trabalho docente na atualidade.

São necessárias também ações de divulgação científica que subsidiem a formação de jovens cientistas e de profissionais especializados na área do jornalismo científico, criando uma rede de comunicação e divulgação da ciência capaz de romper as barreiras que separam a academia da sociedade.

Ainda nas séries iniciais, os profissionais da educação têm um papel fundamental,



que é não bloquear a criatividade das crianças, instigar a curiosidade e proporcionar oportunidades de investigação por meio das quais elas elaborem questionamentos que partam de sua realidade circundante. A criança é um cientista natural, contudo, de uma forma sutil, a escola tem contribuído para a perda dessa curiosidade natural durante o percurso formativo dos estudantes.

Nessa dimensão, o caminho para a transformação da Educação Científica como uma política prioritária no País depende da superação de grandes desafios: a ampliação do acesso dos estudantes das escolas públicas ao Programa de ICJ; o reajuste das Bolsas de ICJ para possibilitar aos estudantes a adesão e permanência no Programa; formação e incentivo de professores orientadores e supervisores para orientar estudantes da Educação Básica; o fomento, seja através de subsídios, compra de materiais, concessão de Bolsas ou alocação de recursos destinados para fins de aplicação prática da ciência no cotidiano escolar; a, por meio da promoção de feiras do conhecimento e eventos científicos voltados ao público estudantil; além da efetiva aproximação entre as universidades e as escolas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Iniciação Científica, desde a Educação Básica até o Ensino Superior, tem fundamental importância na formação humana, pois possibilita aos alunos desenvolverem novas estratégias de aprendizagem e resolução de problemas identificados em sua realidade circundante. Porém, se observarmos o atual panorama da Educação brasileira, a Educação Científica tem sido uma das últimas prioridades. Cabe à Iniciação Científica, o instrumento de maior relevância na formação escolar, sendo responsável por proporcionar aos estudantes a construção do processo do conhecimento desde o levantamento de problemas, a construção de hipóteses e procedimentos de pesquisa, para, então, se vislumbrar novas descobertas no vasto campo do conhecimento.

Através da pesquisa, o estudante da Educação Básica pode ter acesso ao mundo da ciência e desfrutar da oportunidade de apresentar os resultados de seus estudos em Feiras Científicas, Congressos, Seminários e afins, além de publicar seus trabalhos em revistas científicas. Para isso, é indispensável o envolvimento do corpo docente e, principalmente dos orientadores nos Programas de Iniciação Científica, além de ações concretas por parte do governo no sentido da valorização dos docentes que atuam da Educação Básica.

A ciência passa por um momento de instabilidade no Brasil, que vem se arrastando ao longo das últimas décadas. Nesse contexto, cresce a cada dia o número de pesquisadores que saem do país em busca de melhores condições de trabalho, gerando uma diminuição de nossa capacidade de responder e resolver os problemas que se apresentam na realidade local. Os constantes cortes de verbas deixam os estudantes cheios de incertezas em um país que não trata a Educação, a Ciência e a Tecnologia como investimento, mas como gasto. Os Editais destinados ao financiamento de Bolsas de ICJ (Iniciação Científica

Jr) são fundamentais para a continuação das pesquisas, porém sua continuidade é incerta. As Bolsas apresentam valores irrisórios, defasados e que há muito tempo não passam por reajustes, na ICJ de apenas R\$ 100,00 e na IC de R\$ 400,00. Nesse contexto, ser Bolsista de Iniciação Científica, tanto na Educação Básica quanto na Graduação, apresenta-se como uma ação de resistência, uma forma de insistir acreditando no potencial investigativo do ser humano frente ao desalento e ao descaso do poder público com a Educação. A sensação é de desconstrução do futuro.

A ciência gera oportunidades, recursos, riquezas que podem transformar a vida das pessoas. É preciso que todos os benefícios dela advindos sejam colocadas a serviço da população. Pouco as escolas fazem para estimular seus alunos a fazer ciência e raramente divulgam seus resultados.

É comum associar o conhecimento científico às áreas de Ciências Naturais, excluindo-se os campos das áreas de Humanidades e das Linguagens como se neles não fosse possível fazer ciência. Mas, a verdade é que a ciência permeia todas as áreas do conhecimento, possibilitando o desenvolvimento da capacidade criativa dos estudantes e buscando soluções para a complexidade do funcionamento do mundo à sua volta. Fazer ciência desde a Educação Básica significa estimular os estudantes a pensar de maneira criativa, formular perguntas, despertar o entusiasmo a cada resposta que descobre, e divulgar os resultados das descobertas empreendidas.

A falta de atividades voltadas à Iniciação Científica na Educação Básica contribui para que os estudantes cheguem à graduação despreparados, apresentando grandes dificuldades para o desenvolvimento das atividades propostas. Nesse aspecto, observam-se dificuldades como falta de fluência na leitura e interpretação de textos, apresentação de seminários, produção de artigos científicos, resumos, resenhas, relatórios. Enfim, uma deficiência geralmente comum no âmbito do Ensino Superior, que seria bastante amenizada se todo esse processo fosse trabalhado desde o Ensino Básico.

A realidade ainda consiste no distanciamento dos estudantes em relação à construção do conhecimento científico, por não terem sido ensinados a isso. Não é propiciado um ambiente que fomente o conhecimento, a curiosidade, a criatividade, a sensibilidade, a imaginação, a confiança, a paciência, e o suporte financeiro. Enquanto produzir ciência não for prioridade, o subsídio à iniciação científica não vier desde a educação Básica e o país viver apenas o academicismo científico será quase impossível questionar a complexidade dos problemas sociais e achar possíveis soluções em meio ao contexto de crise que assola o país nas últimas décadas.

Nesse contexto, tornam-se imprescindíveis ações efetivas para a formação de jovens pesquisadores, fixação de pesquisadores e a nucleação de novos grupos de pesquisa voltados à educação para a ciência. A ampliação e a regularidade na oferta de Bolsas de Iniciação Científica Jr apresentam-se como um caminho necessário para a diminuição das desigualdades regionais, auxiliando na produção e disseminação de pesquisas científicas

produzidas na Amazônia. Dessa forma, vislumbra-se também um maior quantitativo de políticas promotoras do envolvimento de estudantes da Educação Básica em atividades científicas orientadas, promovendo a mobilização da população escolar em torno dos temas sobre a importância da Educação, Ciência e Tecnologia, contribuindo, assim, para a popularização desses saberes de forma mais integrada e sistemática.

## REFERÊNCIAS

BONIFÁCIO, Maria Iracilda G. C.; LIMA, Reginâmio B.; VALE, Lucas Gomes do. Iniciação científica na Educação Básica: desafios à formação de jovens cientistas na Amazônia Sul-Ocidental. In: MENEGUETTI, Dionatas Ulises O. et al. **Pesquisas No Ensino Básico, Técnico E Tecnológico**. Vol. 1. Rio Branco: Stricto Sensu, 2019, p. 25-44.

BONIFÁCIO, Maria Iracilda G. C.; LIMA, Reginâmio B. Iniciação Científica Jr no Brasil: panoramas e abordagens para o fortalecimento da pesquisa na Educação Básica. In: MENEGUETTI, Dionatas Ulises O. et al. **Pesquisas no Ensino Básico, Técnico E Tecnológico**. Vol. 1. Rio Branco: Stricto Sensu, 2019, p. 54-76.

CGEE. **A ciência e a tecnologia no olhar dos brasileiros**. Percepção pública da C&T no Brasil: 2015. – Brasília, DF: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2017.

DEMO, Pedro. **Educar pela pesquisa**. 6.ed. Campinas: Autores Associados, 2003.

DEMO, Pedro. **Pesquisa: princípio científico e educativo**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

DEMO, Pedro. **O Educador e a Prática da Pesquisa**. Ribeirão Preto-SP: Alfabeta, 2010.

DEMO, Pedro. Iniciação Científica: razões formativas. In: LIMA, Valdezer Marina do R.; MORAES, Roque. **Pesquisa em sala de aula: tendências para a educação em novos tempos**. 3 ed. Porto Alegre, 2012.

DIEESE. **Pesquisa nacional da Cesta Básica de Alimentos**: Salário mínimo nominal e necessário. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>>. Acesso em 10 jan. de 2019.

FIPE. Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas. Disponível em: <<https://www.fipe.org.br/pt-br/indices/ipc/>>. Acesso em 11 de jan. de 2019.

LIMA, Valdezer Marina do R.; MORAES, Roque. **Pesquisa em sala de aula: tendências para a educação em novos tempos**. 3 ed. Porto Alegre, 2012.

MARTINEZ, Monica. **A imagem do cientista no imaginário contemporâneo: o caso do Instituto Royal**. Rizoma, v. 4, p. 122-137, 2016.

MONTEIRO NETO, Aristides. CASTRO, César Nunes de; BRANDÃO, Antonio. **Desenvolvimento regional no Brasil: políticas, estratégias e perspectivas**. Rio de Janeiro: Ipea, 2017.

PAES LOUREIRO, João de Jesus. **Cultura amazônica** - Uma poética do imaginário. Manaus: Editora Valer, 2015.

PIZARRO, Ana. **Amazônia: as vozes do rio**. Tradução Rômulo Monte Alto. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

PIBIC. **A Formação de novos quadros para CT&I**: avaliação do programa institucional de bolsas de iniciação científica. Brasília, DF: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2017.

PORTAL CNPq. **Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC Jr**. Disponível em <<http://www.cnpq.br>>. Acesso em: 08 de ago. de 2019.

PORTAL CAPES. <<https://www.capes.gov.br>>. Acesso em: 08 de ago. de 2019.

TURCHI, Lenita Maria; MORAIS, José Mauro de. **Políticas de apoio à inovação tecnológica no Brasil**: avanços recentes, limitações e propostas de ações. Brasília: Ipea, 2017.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Amazônia Sul-Occidental 44, 45, 46, 49, 57

Assassinatos 11, 12

### B

Brasil 1, 4, 7, 8, 10, 11, 12, 17, 19, 20, 22, 23, 24, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 38, 39, 42, 43, 44, 46, 47, 49, 50, 54, 55, 57, 58, 61, 89, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 100

### C

Censura 16, 20, 21

Chile 78

Constituição 20, 31, 32, 38, 42, 43, 60, 61, 64, 65, 76

Corpos 76, 77, 78, 79, 80, 82, 85, 86, 87, 89

Cultura 39, 47, 48, 58, 84, 85, 88, 94

### D

Diplomacia 91

Direitos 1, 3, 11, 12, 20, 23, 24, 28, 30, 31, 35, 38, 39, 40, 76, 78, 92, 94, 100

Ditadura 1, 3, 14, 16, 17, 19, 20, 21, 22, 23, 25, 34, 35, 78

Dominação 4, 5, 18, 19, 29, 42

### E

Edson Luís 1, 2, 3, 7, 8, 9, 10, 13, 14

Educação básica 44, 45, 46, 47, 49, 52, 53, 54, 55, 56, 57

Ensino superior 38, 46, 55, 56

Estados Unidos 38, 43, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98

### F

Febre Amarela 59, 60, 61, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 73, 74, 75

### G

Gonzaguinha 16, 17, 20, 21, 22, 23, 25

Governo Bolsonaro 16, 17, 21, 23, 95, 96

### H

História contemporânea 1

## I

Iniciação científica 45, 46, 50, 51, 52, 53, 55, 56, 57, 58

Isabel Allende 76, 77, 78

## J

John H. Gagnon 76, 79

Jovens pesquisadores 44, 45, 46, 56

## K

Karl Marx 16, 17, 18, 26

## L

Liberdade 10, 23, 38, 79

Lima Barreto 27, 35, 40

Literatura 21, 78, 80, 90

Louis Althusser 17

## M

Marielle Franco 1, 2, 3, 11

Max Weber 5, 15, 27, 29

Mulheres 31, 76, 78, 79, 80, 86, 89, 100

Música 16, 17, 20, 21, 22, 88

## O

Oligarquias 27, 39, 41

## P

Participação 20, 27, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 38, 39, 40, 42, 54

Pierre Bourdieu 1, 4

Poder 1, 3, 4, 5, 7, 15, 18, 19, 20, 28, 29, 30, 32, 35, 43, 56, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 66, 67, 69, 74, 75, 85, 87, 88, 91, 92, 94, 96

Polícia sanitária 59, 60, 62, 66, 68, 69, 70, 72, 74

Política externa 91, 93, 94, 95, 97

Povo 8, 9, 25, 27, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 42, 47, 95, 96

## R

Relações internacionais 91, 92, 93, 99

República 1, 14, 19, 27, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 42, 43, 59, 61, 65, 75, 92, 93, 94

Roteiros sexuais 81, 83

## **S**

Século XIX 27, 33, 59, 62, 63, 64, 65, 67, 73, 74

Século XX 28, 64, 65, 85, 93

Século XXI 25, 45, 47, 48, 51, 54, 97

Sexualidades 76, 77, 78, 79, 83, 86, 87, 88

Sociedade 8, 9, 11, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 24, 25, 27, 28, 29, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 39, 40, 43, 45, 54, 64, 76, 89, 92

Subjetividades 76, 77, 79

## **T**

Tempo presente 76, 82, 100



# História e Política:

**Pensamentos  
constitutivos  
e críticos**







-  [www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)
-  [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  [www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)

**Atena**  
Editora  
Ano 2021

# História e Política:

**Pensamentos  
constitutivos  
e críticos**



-  [www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)
-  [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  [www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)

**Atena**  
Editora  
Ano 2021